

## **FOLCLORE E PATRIMÔNIO IMATERIAL: CAMINHOS CRUZADOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA “POPULAR” BRASILEIRA**

MÔNICA MARTINS DA SILVA\*

O conceito de Patrimônio Imaterial no Brasil construído por meio dos discursos resultantes no Decreto 3.551/2000 e do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) opera na elaboração de uma metodologia de trabalho que procura apontar os meios, através dos quais, considera-se possível a identificação e a produção de conhecimento sobre determinados bens culturais de modo a conferir a relevância necessária para o seu reconhecimento como patrimônio imaterial ou intangível da nação. Nesse processo, definem-se critérios que selecionam, classificam, valorizam, incluem e excluem determinadas práticas culturais do complexo processo de reconhecimento do IPHAN e das políticas patrimoniais contemporâneas. Essa metodologia, que reúne estratégias de trabalho aplicadas em vários campos das ciências humanas, prevê níveis sucessivos de abordagem como a pesquisa em fontes diversas, a realização de entrevistas, o contato com as populações e instituições envolvidas na realização das práticas culturais em questão, além do mapeamento e inventário que têm como objetivo a identificação, a descrição e a tipificação dos bens selecionados (SANT’ANNA, 2003, p. 54). Embora essas etapas sejam complexas, assim como são executadas por equipes multidisciplinares, o que garantiria a sua viabilidade e coerência, elas necessitam de uma reflexão histórica que pode inscrever as práticas e representações dos grupos envolvidos no momento histórico de sua produção. Observa-se que, nesse sentido, elas criam critérios objetivos e subjetivos que inscrevem algumas manifestações culturais no rol das tradições brasileiras, dotando-as de estabilidade, durabilidade, relevância, entre outros sentidos valorativos, que aproximam o atual Patrimônio Imaterial brasileiro de um conjunto discursivo que pode ser historicizado e relacionado com outros contextos e personagens.

Neste texto, proponho a discussão de parte de meu trabalho de doutorado que teve como objetivo central discutir o processo de construção de um movimento intelectual

---

\* Doutora em História pela Universidade de Brasília e Professora do Departamento de Metodologia de Ensino/CED da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

em torno do folclore em Goiás entre os anos de 1940 e 1980 e, nesse sentido, apresentar, por meio desse recorte temporal e espacial, algumas reflexões que permitem relacionar as políticas do folclore e do patrimônio, que embora se distingam em inúmeros aspectos, são parte de um contexto histórico comum com o qual guardam inúmeras relações. Destaco que não me proponho, aqui, a estabelecer uma análise comparativa entre tais políticas, o que seria inviável para os limites desse texto, mas indicar como elas se entrecruzam e estabelecem formas de análise da cultura “popular” brasileira.

Diversos trabalhos já se empenharam na inserção dos folcloristas como parte do complexo processo de reflexão sobre a cultura brasileira e, entre eles, destaca-se o trabalho do antropólogo Luis Rodolfo Vilhena (1997) que se ocupou da discussão da história da Comissão Nacional do Folclore (CNFL), instituída no Brasil em 1947 no contexto de implementação de instituições ligadas à UNESCO no pós-guerra e que, em âmbito nacional, prossegue até 1964, período apontado pelo autor como o declínio das atividades dessa comissão, demarcando uma nova fase de atividades que culminariam na perda de relevância dos intelectuais envolvidos na definição de políticas culturais para o Brasil. No âmbito dos estados, o trabalho da CNFL resultou na criação de diversas comissões regionais, criadas em praticamente todos os estados brasileiros e que reuniram diversos intelectuais tradicionais que trabalharam no processo de discussão, definição e dinamização do folclore brasileiro, definido regionalmente pelos estados e selecionados como parte da nação pela CNFL.

A criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), instituída por decreto do presidente Juscelino Kubstichek em 1958, denota uma preocupação institucional do governo com as questões do folclore como parte de sua política cultural, o que foi interpretado pelos folcloristas da época como um grande avanço na institucionalização do movimento. Contudo, a criação da CDFB não extinguiu a Comissão Nacional do Folclore, que passou a funcionar como uma instituição paralela e de auxílio ao conselho da primeira entidade. A CNFL era ligada à Unesco, mas não tinha recursos financeiros para executar os seus projetos, funcionando apenas como uma conselheira nos assuntos do folclore, de acordo com as diretrizes do IBECC.

Ao longo dos anos de 1960, a CDFB instituiu uma série de mudanças no movimento do folclore, com a assinatura de convênios com museus estaduais, o

incentivo a pesquisas folclóricas, a criação da *Revista Brasileira do Folclore* e o estímulo a novas publicações. A ascensão dos militares ao poder em 1964 e o recrudescimento do controle governamental sobre a sociedade interrompeu muitas dessas medidas, pois inicialmente o novo governo concentrou os seus esforços na implementação de uma política econômica desenvolvimentista, que defendia um amplo programa de modernização de vários setores estratégicos do país e a consolidação de um programa de segurança nacional que tinha como objetivo eliminar as ideologias contrárias ao novo regime e instituir um sistema de controle político sistematizado à sociedade civil.

Essa dedicação aos trabalhos da CDFB ficou ainda mais evidente a partir das transformações que ocorreram no Brasil no final dos anos de 1960 e início da década de 1970, período considerado como privilegiado no campo da ação do governo federal sobre a cultura. Pela primeira vez, a sistemática do planejamento das políticas públicas – que era uma constante no regime militar – passou a intervir também no campo cultural. Isso fez com que o folclore fosse cingido de um novo significado, passando, inclusive, a ser incluído na problemática do desenvolvimento do país.

Um das estratégias dos militares para essa valorização do campo da cultura foi institucionalizar os órgãos culturais, e, nesse sentido, foi criado em 1966 o Conselho Federal de Cultura (CFC), que substituiu o Conselho Nacional de Cultura, criado em 1938 e recriado em 1961. O CFC reunia intelectuais renomados, muitos de perfil conservador, escolhidos entre instituições consagradas, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras, e sua criação correspondia à necessidade do regime militar de elaborar uma concepção de cultura que se adequasse aos seus interesses (BARBALHO, 1999, p. 64).

As atribuições e representações do novo conselho foram ampliadas em função da meta governamental de revigorar a ação do Estado em diversas áreas, formulando uma política cultural nacional. Nesse sentido, o CFC passou a atuar articulado aos órgãos municipais e estaduais, reconhecendo e atualizando registros de instituições culturais, concedendo auxílios e subvenções, promovendo campanhas nacionais e realizando intercâmbios internacionais. Além disso, um aspecto relevante da atuação do CFC foi a ampliação do processo de institucionalização do setor cultural nos diversos níveis da

administração pública. Isso resultou na criação de Conselhos Estaduais de Cultura, praticamente inexistentes no início dos anos de 1970 (CALABRE, 2006, p. 4).

Na percepção do CFC, de maneira geral, a cultura era uma área estratégica para as políticas de governo, principalmente por ser um dos elementos que garantiam a segurança nacional. Desse modo, as propostas do órgão estavam voltadas para uma definição de cultura nos padrões eruditos, sem descartar as contribuições mais diversas para a formação do caráter do “ser brasileiro” (Idem, p. 11).

Os intelectuais reunidos em torno do CFC optaram por trabalhar com um plano nacional, entendido como a melhor forma de divulgar a "cultura legítima" para todo o país. Nesse sentido, o seu principal elemento unificador foi a reverência ao passado como instância legitimadora e explicativa da ação presente que respaldava a posição desses intelectuais dentro do Conselho. O forte apelo ao passado, com um viés conservador, era fundamental na própria direção que o CFC dava à sua concepção de política cultural (QUINTELLA, 1984, p. 121).

Os intelectuais do CFC incorporaram a idéia de que precisavam traçar um passado brasileiro propício ao regime militar e transformá-lo em tradição. Nessa concepção, o Estado alcançava também uma continuidade com o passado e o golpe militar de 1964 apresentava-se não como uma ruptura, mas como a consolidação das raízes de um pensamento já estabelecido sobre a cultura nacional, principalmente nos anos do Estado Novo.

Os intelectuais do CFC, todavia, construíram sua identidade profissional desconfiando do discurso tecnocrático defendido pelo governo, de ampla atenção à indústria cultural, valorizando a cultura popular em detrimento da cultura de massa. Ou seja, com relação a essa inserção no mercado, a construção institucional da cultura ficou praticamente limitada às áreas da produção artesanal (música erudita, artes plásticas, teatro, etc.), pois o governo militar assumia o papel de protetor do acervo histórico e artístico nacional e dos gêneros que só conseguem sobreviver com o apoio governamental, como aponta Miceli (1984b, p. 102), motivado por uma tendência "conservacionista" ou "patrimonialista".

A partir da gestão de Jarbas Passarinho no MEC, iniciada em 1969, o CFC passou a atuar na elaboração de diretrizes para uma política nacional de cultura, em vez de dedicar-se aos planos de cultura, até então realizados. Essas diretrizes expressavam a

preocupação com o processo contínuo de valorização de elementos culturais estrangeiros que estariam contribuindo para o desaparecimento e a desvalorização do acervo cultural brasileiro acumulado. Estariam em risco a preservação da personalidade brasileira e a segurança nacional de um país de dimensão continental, que vivia um processo de crescimento populacional acelerado e de miscigenação étnica contínua e permanente, fundamental à sobrevivência dos variados elementos formadores da identidade nacional.

Um paralelo importante para as discussões sobre o folclore refere-se às políticas do patrimônio, que sofreram grandes mudanças nesse período, visto que em 1975 a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) foi transformada no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Na realidade, desde os anos 1950, com a aceleração da industrialização e a configuração do desenvolvimentismo com Kubitschek, já se agudizava a distância entre o que então era apresentado como os interesses da nação – expressos em termos de metas econômicas – e os valores culturais que o DPHAN se propunha a preservar.

Um aspecto relevante para a compreensão da dimensão tomada pelo folclore e as políticas culturais dos anos de 1970 está ligado ao crescimento vertiginoso da indústria cultural. Ou seja, nesse período, ocorreu uma crescente demanda no mercado consumidor de bens simbólicos, sendo inclusive estimulada por empresas constituídas por capital estrangeiro, que deram um novo formato à comunicação de massa, como uma área quase exclusiva das multinacionais.

Por outro lado, constrói-se, nesse período, a idéia conservadora do espontaneísmo cultural, que recusa o acesso elitista aos produtos culturais. Por trás da "democratização", da recusa à produção cultural "erudita", e da valorização da "cultura do povo" está a percepção de que grande parcela dos intelectuais se opõe ao regime, identificando-se com os setores de oposição. Assim, valorizar a "cultura espontânea" e as "fontes populares" era uma forma de poder descartar a produção da elite, pelo menos na sua versão contestadora<sup>1</sup>.

A criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975, que tanto ampliava quanto revisava o conceito de patrimônio cultural, também representa muito

---

<sup>1</sup> A "elite", no caso, era aquela formada por intelectuais e artistas de esquerda, que agitava o cenário cultural do país e que tanto interessava ao regime neutralizar (BARBALHO, 1999, p. 71).

bem as diversas articulações de interesses e ideologias de que temos falado. Se desenvolvimento econômico era então a palavra de ordem, então, definitivamente, a preocupação não seria mais com as manifestações dignas de serem “tombadas”, e sim, fazer do popular parte de uma cultura dinâmica, o que tornaria a identidade nacional essencialmente plural, diversa e abrangente.

É preciso observar que, nesse momento em que o conceito de cultura e de patrimônio cultural se ampliou pela incorporação do diverso e do plural, ocorria o declínio da fase mais dura da repressão. O regime militar definia a Política Nacional de Cultura tanto como recurso ideológico para a legitimação de um projeto nacional quanto como meio para a reordenação da esfera cultural. É nesse momento que instituições como Embrafilme, Funarte e CDFB são criadas e passam a ser financiadoras da produção cultural. A política voltada exclusivamente para a segurança nacional foi redirecionada, passando-se a admitir conceitos como “pluralidade cultural” e “desenvolvimento cultural”. Com a redemocratização, a questão dos direitos humanos passou a legitimar uma política cultural centrada nos “direitos culturais” e, a partir de 1979, quando o grupo liderado por Aloísio Magalhães assumiu a diretoria do IPHAN, elaborou-se a noção de “participação da comunidade”.

O movimento do folclore se relacionaria contraditoriamente com as políticas culturais desse período, pois, havia uma aproximação entre a concepção de passado defendida por intelectuais que se integraram à constituição de uma ideologia política e cultural do regime militar, e aquela defendida pelos folcloristas. E é talvez por isso que, mesmo com as inúmeras demandas que o setor cultural fez aos militares nesse período, o folclore permaneceu como uma pauta importante nas políticas culturais. Os folcloristas continuaram a gozar de algum prestígio no campo da cultura, haja vista a indicação do folclorista carioca Manuel Diegues Júnior para ocupar a chefia do Departamento de Assuntos Culturais (DAC) em 1974, durante a gestão de Ney Braga no Ministério da Educação e Cultura. Não por acaso, é nesse período que o folclore passou a integrar oficialmente a política de institucionalização cultural a partir da re-instituição da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) em 1975 e a sua posterior transformação em Instituto do Folclore Brasileiro em 1978, vinculado à Funarte. Mas, por outro lado, os folcloristas não se furtaram a incorporar essas mudanças conceituais que influenciaram setores próximos como o do Patrimônio. Tal

adaptação relacionava-se ao interesse desses intelectuais em criar um campo de pesquisa autônomo, já que não haviam sido incorporados pelas universidades. Contudo, a posição dos folcloristas nem sempre foi coerente, pois mesmo que aceitassem ampliar a sua concepção de cultura, admitindo que as manifestações culturais são dinâmicas e mutáveis, invariavelmente recorriam a representações fundantes de seu campo intelectual que os distanciavam do discurso acadêmico e os recolocavam como porta-vozes do povo e das suas tradições.

### **As Políticas Culturais em Goiás e o Instituto Goiano do Folclore**

Em Goiás, as transformações ocorridas entre o final dos anos de 1960 e durante toda a década de 1970 resultaram no auge das políticas institucionais estaduais ligadas ao folclore, das quais se destaca a criação do Instituto Goiano do Folclore (IGF) em 1964, vinculado ao Departamento Estadual de Cultura (DEC), que na época pertencia à Secretaria de Educação e Cultura (SEC). O IGF pode ser considerado como parte do processo de ampliação das políticas culturais de Goiás no período, assim como resultado da influência do projeto da CDFB, que previa incentivar os estados a proteger e pesquisar o folclore regional.

O decreto que instituiu o IGF propunha uma estrutura de funcionamento que organizava a nova instituição a partir de três setores: documentação, pesquisas e cursos. No plano prático, não funcionou da forma como foi idealizada pelos autores da lei, que possivelmente, ao elaborá-la, tiveram alguma orientação ou assessoria dos folcloristas, que por sua vez já possuíam uma orientação prévia da CDFB. Contudo, ao longo de mais de vinte anos, diferentes intelectuais e políticos que estiveram à frente do IGF mobilizaram, à sua maneira, as atividades do folclore em Goiás, promovendo encontros, semanas, festivais, concursos, bem como pesquisas, levantamentos, entre outras atividades, que podem ser parcialmente visualizadas nos documentos da instituição.

No que se refere às atividades da pesquisa folclórica, uma das frentes de trabalho prioritárias do IGF, observa-se que a metodologia empregada procurava dialogar com as concepções teóricas dos folcloristas a cerca do que seria o folclore brasileiro. Nesse sentido, é exemplar o texto de Braz Wilson Pompeu de Pina, intitulado *A Pesquisa na Cultura Popular*, que, embora nunca tenha sido publicado é parte da reflexão de um dos ex-diretores da instituição e faz parte do conjunto da documentação do IGF analisada.

Além disso, possibilita refletir a cerca das concepções de pesquisa folclórica da instituição por meio da discussão sobre as formas da coleta durante o trabalho de campo, diferenciando o trabalho do pesquisador profissional, que era aquele almejado para os funcionários do Instituto, daquele considerado amador, do qual a instituição procurava se distanciar.

Pina identificava o pesquisador amador como aquele que saía indiscriminadamente em busca de elementos folclóricos, principalmente nas grandes manifestações populares, na quais a pesquisa não precisava ser árdua, pois “as emanações populares estão jorrando no gozo profundo de suas festas” (PINA, s/d; *In* IGF). Diante de tanta diversidade, o pesquisador amador se portaria tal como “uma galinha tonta em terreiro cheio de baratas. Catam de tudo, até as baratas de plástico” (Idem). O grande problema, segundo o autor, é que o pesquisador precisaria ir a campo munido de informações prévias que auxiliariam na profissionalização da pesquisa, tais como os dados históricos das manifestações pesquisadas e uma relação segura de informantes. A falta desses pré-requisitos resultaria em pesquisadores que julgavam estar contribuindo para o estudo do folclore, quando, na verdade, as suas pesquisas desprovidas de fundamento, dificilmente poderiam ser aproveitadas para experimento mais sério.

Independente de contribuírem mal para a pesquisa científica, também se intrometem nos costumes populares, dos quais têm pouco ou nenhum conhecimento, começam a sugerir, a opinar nessas manifestações, ocasionando sérios danos ao livre correr da energia cultural [...] juntam objetos, informações, fotografias e gravações, constituindo um museu morto já que dados precisos (sic) são omitidos, o que praticamente invalida o espírito científico da pesquisa (PINA, s/d; *In* IGF).

Para Braz de Pina o pesquisador profissional era aquele que ia à fonte ver o povo diretamente envolvido na sua ação e criação, utilizando métodos corretos e respeitando as normas de pesquisa.

citar ou relatar o fato com clareza, não esquecendo a indicação das fontes da coleta [local-data-informante], denominações corretas e nenhuma colaboração pessoal enquanto ainda em fase de pesquisa [coleta]. Diretamente da fonte, através de terceiros e o uso adequado de bibliografia especializada com todo o rigor de quem não está apenas fazendo “mais um trabalho” (idem).

Toda essa atenção ao método relacionava-se às preocupações de Braz de Pina na definição do perfil do pesquisador de folclore que ele considerava adequado, porque, em sua concepção, o estudo da cultura popular não poderia se focar apenas no relato folclórico, mas também indicar a elasticidade do termo, assim como o seu caráter dinâmico, mutável e vivo para a cultura popular. Nesse sentido, os objetivos do estudo do folclore seriam “o antropológico, o social dentro dos diferentes ramos da cultura popular, a medicina, a música, o *habitat*, a indumentária, as artes e artesanatos, o folguedo, o teatro, enfim, tudo o que concerne à vivência humana” (Idem).

As idéias expostas por Braz de Pina denotam a necessidade dos folcloristas desse período de superar a imagem do intelectual diletante corporificada por muitos desses estudiosos, ao longo de anos, e de adotar o discurso do pesquisador que estava atento aos detalhes das manifestações observadas e à veracidade dos fatos analisados. Porém, nessa perspectiva, mesmo que o folclore fosse considerado dinâmico, mutável e vivo, o povo continuava a ser visto como o portador de autênticas tradições, em relação às quais só o emprego do “verdadeiro” método possibilitaria a apreensão de sua autenticidade.

Boa parte dessas concepções expostas por Pina não eram novidade no meio intelectual, pois já haviam sido defendidas na Carta do Folclore Brasileiro de 1951 e em alguns textos, como *Manual de Coleta Folclórica* (1965) e *Inteligência do Folclore* (1974), ambos de Renato Almeida. Contudo, a apreensão dessas idéias por parte do pesquisador goiano evidenciava a eficácia do movimento institucional do folclore, que conseguiu elaborar as regras do campo intelectual, ao mesmo tempo em que insistia na construção de uma rede de folcloristas por todo o Brasil, para compartilharem do *habitus* construído como parte desse campo.

No âmbito da prática, a pesquisa folclórica do IGF privilegiou o estudo das festas e dos rituais religiosos e isso está claro nos objetivos apresentados nos planos de trabalho da instituição. Uma das formas de realizar a pesquisa era a aplicação de questionários, utilizados para fazer o levantamento de manifestações culturais. Durante alguns anos esse levantamento foi realizado nacionalmente por funcionários do IBGE, provavelmente a partir de um convênio firmado no final dos anos de 1950 entre essa instituição e a CDFB, para a organização do Atlas Folclórico do Brasil, uma das plataformas da gestão de Édison Carneiro e que circulou nacionalmente no início dos

anos de 1960. A idéia da parceria com o IBGE justificava-se pelo amplo trabalho já realizado pela instituição desde a sua criação, em 1938, no âmbito da pesquisa em municípios brasileiros. A idéia era que se aplicasse à coleta folclórica o mesmo rigor metodológico utilizado em outras pesquisas realizadas pelo IBGE, pois acreditava-se que a seriedade na coleta dos dados era um princípio fundamental para a realização de um inquérito fidedigno das manifestações populares brasileira, instaurando um regime de verdade que acompanharia toda a definição da pesquisa folclórica.

Em Goiás, o início do trabalho de coleta de material folclórico pelo IBGE é anterior à criação do IGF e pode ser confirmado pelo fragmento de um inquérito localizado entre documentos diversos no IHGG intitulado *Inquérito sobre Trovas Populares* (anônimas) (*sic*), de 1958. Nele consta um conjunto de planilhas identificadas como do IBGE e preenchidas com dados do levantamento realizado em inúmeros municípios goianos. As instruções para o preenchimento eram bastante detalhadas:

O presente questionário destina-se à coleta de trovas populares (quadras anônimas), isto é, estrofes com 4 versos setissílabos que tenham um sentido completo, conforme modelo adiante transcrito; [...] b) Os motivos ou temas poderão ser os mais variados; líricos ou sentimentais, sentenciosos ou filosóficos, humorísticos ou mordazes, regionais, religiosos, etc.; c) As trovas deverão ser transcritas na coluna 1. Não havendo espaço, poderão continuar em folhas datilografadas; d) Na coluna 2, nome e qualidade de quem informa (pároco, delegado, AME, etc.); e na coluna 3, a localidade onde a trova foi coletada; f) Na coluna 4, esclarecer a fonte de origem (se foi ouvida em cantiga de rodas, desafios, etc; g) Escrever no verso do questionário quaisquer outras observações que julgar necessárias:

NOTA: o presente formulário deverá ser remetido, em duas vias, para a Secretaria Geral do C. N. E. (IBGE, 1958 *In* IHGG).

Como se vê, a proposta do IBGE sistematizava a coleta folclórica e dava-lhe a organização e a objetividade que os folcloristas almejavam, já que solicitava dados dos informantes, a descrição das trovas e a indicação das suas origens. O interesse na elaboração de um inquérito folclórico relacionava-se à necessidade dos folcloristas em demarcar um espaço no campo intelectual moderno, que também lhes desse visibilidade

na sociedade, já que aqueles dados representavam a possibilidade de conhecer elementos das tradições orais que se acreditava estar desaparecendo.

O interessante é que entre os informantes mencionados nos inquéritos alguns eram folcloristas já conhecidos no meio goiano, como Gelmires Reis, informante de Luziânia; Braz de Pina, informante de Pirenópolis; mas havia também outros tipos de informantes: professores, os próprios agentes municipais de estatística, oficiais civis, fazendeiros, domésticas, comerciantes e até mesmo um doente hospitalizado no município de Cachoeira Alta, cuja condição de saúde foi registrada no inquérito pelo próprio agente municipal de estatística que efetuou a coleta, indicando que o trabalho poderia se dar em situações emergenciais, quando houvesse risco de perda de informações importantes para o inquérito.

Os critérios para a realização do inquérito não são esclarecidos, mas percebe-se uma grande diferença entre os resultados obtidos nos municípios. Em algumas cidades, como Corumbá de Goiás e Pirenópolis, houve um amplo registro de trovas, com vários informantes. Em outras cidades, o número de informantes se restringiu a uma única pessoa: Cora Coralina na cidade de Goiás, assim como Regina Lacerda informou sozinha as quadras utilizadas em Goiânia. Em relação ao conteúdo, as trovas, em sua maioria, abordavam sentimentos (amores desfeitos, esperança, relações com filhos e sogra, saudades), faziam homenagem ao próprio município, ou representavam situações jocosas e inusitadas.

A proposta de realização desse inquérito talvez fosse originalmente mais abrangente, visto que só foi possível acessar a parte do inquérito que envolvia a coleta de trovas. Possivelmente esse trabalho seria a continuação de outro inquérito realizado em 1955 pela CGF, também com as prefeituras municipais, com o objetivo de organizar um calendário folclórico para Goiás. De acordo com Ático Vilas Boas da Mota, esses dados teriam sido arquivados na sede da CGF (MOTA, 1977, p. 18), mas nada foi encontrado.

No conjunto da documentação do IGF há a cópia de um modelo de questionário enviado pela instituição ao IBGE em 1966 e assinado pelo então diretor Felicíssimo José de Sena. O documento está acompanhado de um ofício destinado aos agentes municipais de Estatística, contendo orientações sobre a coleta de dados folclóricos.

Prezado Senhor,

Enviamos anexamente um questionário folclórico através do qual V. Sa. relatar-nos-á os principais fatos ligados a esta parte da história da humanidade.

O objetivo do presente trabalho é conhecermos **totalmente** em que base se encontram estribados os principais fatos folclóricos em Goiás, a fim de que possamos dar cobertura da maneira que nos for possível em um menor espaço de tempo, a este ângulo da vida, que **nos cabe defender e propagar seu conhecimento**.

Esperamos que demonstrará na presente ocasião, seu **espírito de objetividade**, respondendo e enviando-nos tão brevemente quanto possível [Grifos meus].

O presente questionário, além de dar projeção aos trabalhos de V.Sa. será também um autêntico indicador a todos aqueles que desejam conhecer as diversas regiões goianas, pois será levado ao conhecimento de todos os que nos procurarem para tais orientações. Cordialmente,

Goiânia, 14/06/1966,

Felicíssimo J. Sena

Diretor do IGF (IGF, 1966 a)

Nessa carta, o diretor do IGF expõe claramente que as concepções de objetividade e totalidade que fundamentavam a escolha do IBGE para realizar a coleta folclórica indicavam o lugar de fala da instituição goiana como guardiã e difusora do conhecimento sobre as manifestações coletadas.

O questionário propriamente dito continha questões bem variadas, que solicitavam inicialmente dados sobre o município onde a coleta seria feita, seguidos de questões relacionadas a fatos folclóricos presentes nas atividades religiosas, com ênfase para as festas, e, também, solicitava informações referentes a personagens ligados ao folclore da cidade. Na documentação arquivada foi possível localizar uma relação com mais de 80 municípios para os quais foram enviados os questionários. Provavelmente seria o mesmo modelo enviado ao IBGE, mas, nesse caso, consta nas observações anotadas nos documentos arquivados que todos foram enviados diretamente aos prefeitos.

Pouco se sabe da recepção desses documentos, nem mesmo quantos deles retornaram ao IGF. Porém, no conjunto da documentação, há uma série de dados sobre festas religiosas em Goiás, que podem ser o resultado desses questionários. Um deles é

*o Relatório das Festas Tradicionais das cidades de Goiás*, que não está datado, mas possui inúmeros dados sobre os festejos na maioria dos municípios goianos: em louvor de santos padroeiros e devotados, romarias, aniversário da cidade, autos, danças e bailados, ternos e grupos folclóricos, além de relatórios das festas tradicionais (IGF, s/d). Esses dados permitem afirmar que as principais festas realizadas nos municípios goianos eram as folias de Reis e do Divino e as festas de São Sebastião, Nossa Senhora da Abadia e Divino Espírito Santo. Em alguns municípios, os dados eram bastante detalhados, em outros as informações eram sumárias.

Possivelmente, como parte desse trabalho de levantamento dos dados folclóricos dos municípios é que foi organizado, em 1971, o *Calendário Folclórico de Festas Religiosas*, também publicado em um dos volumes da revista *A Folclórica*. Alguns anos depois, provavelmente entre 1976 e 1977, foi feito um relatório das festas religiosas, incluindo também aquelas que estariam em extinção.

É bastante interessante observar que esse relatório de festas, ao contrário dos atuais registros do INRC, não era rico em detalhes, pois parecia estar mais atento à divulgação mais objetiva das festas em relação ao turismo, haja vista a preocupação em indicar a distância em relação a Goiânia, assim como as referências temporais mais elásticas, como: Quaresma e Pentecostes, bem como a indicação do tipo de modalidade folclórica que poderia ser encontrado nesses lugares.

A pesquisa e o levantamento de festas e grupos folclóricos se tornaram uma das atividades mais recorrentes do IGF. Em 1977, apenas como exemplo, o plano de atividades da instituição previa para abril, a pesquisa de campo na Semana Santa de Goiás; para maio, as festas do Divino de Palmeiras, Jaraguá e Goiás, mês em que fariam também o acompanhamento da preservação das tradições festivas do Divino Espírito Santo em Pirenópolis; para julho, a festa do Divino Pai Eterno de Trindade; para agosto a Romaria de Muquém; para setembro, a festa de Nossa Senhora da Penha de Pilar e Corumbá; para outubro, a festa de Nossa Senhora do Rosário de Catalão; e para dezembro, a festa natalina de Niquelândia (SPF, 1977a). Durante toda a década de 1970, várias outras pesquisas foram feitas durante outras festas populares e há alguns registros desses trabalhos no acervo fotográfico da instituição, alguns deles foram reproduzidos no caderno de fotos que consta neste trabalho.

Nesse período, uma referência exemplar para os gestores do folclore em Goiás foi a experiência de dois professores da Universidade de Brasília que redescobriram em 1974 um vilarejo de Alexânia chamado Olhos D'água, onde realizaram um trabalho de levantamento e reorganização de festas, músicas, danças e técnicas artesanais até então abandonadas e que culminaram na realização da 1ª Feira de Trocas, que se tornou um dos principais projetos de valorização do folclore e do artesanato daquele ano. Esse projeto estimulou os gestores do SPF a apoiarem projetos como o da cidade de Jaraguá, que naquele mesmo ano vivia um processo de recuperação de suas tradições religiosas, e com previsão de apresentações das cavalhadas, de contradanças, da dança dos tapuios e de congadas em 1977. Anteriormente, a cidade de Pirenópolis já havia passado por uma experiência semelhante em relação às cavalhadas, que haviam desaparecido por vários anos e, mesmo tendo sido retomadas no final dos anos de 1960, passaram por uma grande transformação no seu aspecto visual em 1974, em função de um projeto da Goiastur de valorização de algumas festas populares que tinham potencial turístico (SILVA, 2001).

Outra iniciativa de recriação de festas populares foi realizada na Cidade de Goiás a partir do ano de 1965, quando foi criada a Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT), a partir da iniciativa de alguns intelectuais locais. Houve um grande movimento de valorização das tradições da cidade, entre elas, as comemorações da Semana Santa, à qual foi incorporada a Procissão do Fogaréu, que passou a ser um ícone desse evento (SILVA, 2008). As modificações da Semana Santa foram incorporadas como parte da tradição da cidade e modificaram a relação dos moradores com a própria festa, à medida que ela passou a integrar as campanhas de turismo que construíram uma imagem da tradição para Goiás, a partir de alguns ícones religiosos e festivos, assim como em Pirenópolis.

Um dos objetivos essenciais dos primeiros projetos era construir um perfil para o turismo em Goiás, elaborado em grande medida pelas parcerias que a Goiastur estabeleceu com as instituições culturais que mediavam as relações entre órgãos culturais e as políticas de turismo. Foi feito um investimento na criação de um perfil baseado nas relações entre belezas naturais e tradições culturais, como as que foram “recuperadas” na cidade de Goiás. No caso específico dessa cidade, é importante lembrar que as primeiras medidas para a criação de políticas de turismo foram tomadas com a construção, pelo governo do Estado, do Hotel Vila Boa. Nos anos de 1970, Elder Camargo dos Passos, um

dos fundadores da OVAT, foi nomeado presidente da Goiastur, indicando o prestígio e o envolvimento político dos vilaboenses na gestão do turismo em Goiás. Nesse mesmo período, ele se tornou membro da Comissão Goiana de Folclore e passou a integrar o campo dos folcloristas a partir da escrita de artigos, palestras, exposições, entre outros.

Embora não existam nos documentos analisados dados que explicitem uma relação direta entre as atividades do IGF e todo esse movimento de reinvenção de festas e outras manifestações culturais, não se pode negar que em todos eles os gestores do Instituto reafirmam o compromisso com a preservação, apoio e amparo a grupos folclóricos e tradições religiosas. Nesse sentido, pode-se afirmar que os folcloristas colaboraram para a construção de um espírito preservacionista e reativaram o desejo de várias autoridades e intelectuais de Goiás de reelaborar suas tradições.

É interessante observar que a ação dos folcloristas, assim como dos atuais registros do Patrimônio Imaterial, denotam uma aproximação do conceito de lugares de memória de Pierre Nora (1993), na medida em que o seu processo de invenção e re-laboração indica o que o autor chamou de construção sempre problemática e incompleta do que não existe. No entanto, como a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, essas invenções indicam a riqueza da memória para a construção de sentidos e significações. Como, na definição de Nora, os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, por isso é preciso criá-los, organizá-los, vigiá-los da varredura da história, esses processos que criam, definem e selecionam elementos para a definição, seja do folclore, seja do Patrimônio Imaterial um processo de construção de lugares de memória para serem referência da própria história e para serem utilizados sempre que possível.

## **Referências**

### **Acervo do IGF (Museu Zoroastro Artiaga)**

GOVERNO DE GOIÁS. *Calendário Folclórico e Festas Religiosas*, 1971a.

\_\_\_\_\_. *Ofício e Questionário para levantamento de manifestações folclóricas* (mimeo), 1966a.

\_\_\_\_\_. *Relação dos questionários enviados aos prefeitos dos municípios goianos*, (mimeo) 1966b.

\_\_\_\_\_. *Relatório das festas tradicionais das cidades de Goiás*, (mimeo), s/d a.

\_\_\_\_\_. *Relatório de festas religiosas s/d b*.

PINA, Braz Wilson Pompeu de. *A Pesquisa na Cultura Popular* (mimeo), s/d.

## **Bibliografia**

- BARBALHO, Alexandre. O Estado pós-64: Intervenção Planejada na Cultura. *Revista Política e Trabalho* (UFPB) nº 15, 1999, p. 63-78.
- COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.
- FERNANDES, Florestan. *O Folclore em Questão*. 2 ed., São Paulo: Hucitec, 1989.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *Da Modernização à Participação: a Política Federal de preservação nos anos 70 e 80*. In: Revista do IPHAN, n. 24, IPHAN: Rio de Janeiro, 1996.
- GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2002.
- MICELI, Sérgio. O processo de 'construção institucional' na área cultural federal (anos 70). In: MICELI, Sérgio (Org.) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, p. 53-84. 1984a.
- \_\_\_\_\_. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984b. p. 97 - 112.
- \_\_\_\_\_. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A Problemática dos lugares*. In: Revista do programa de pós-graduação da PUC/SP. São Paulo, n. 10 dez./93. Tradução de Yara Maria Aun Houry.
- QUINTELLA, Maria Madalena D. Cultura e poder ou “Espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu?”. In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.
- SANT’ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e Patrimônio. Ensaio Contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p. 46-55.
- SILVA, Mônica Martins da. *A Festa do Divino. Romanização, Patrimônio & Tradição em Pirenópolis (1890-1988)*. Goiânia: Agepel, 2001.
- \_\_\_\_\_. A “invenção do Fogaréu” e os enredos do folclore vilaboense. In: BRITO, Clóvis Carvalho (org.) *Luzes e Trevas: Estudos sobre a Procissão do Fogaréu da Cidade de Goiás*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2008, p. 59-84.
- \_\_\_\_\_. *A Escrita do Folclore em Goiás. Uma história de intelectuais e instituições (1940-1980)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Brasília, 2008.
- SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma trajetória*. Brasília: MEC, 1980.
- VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão. O movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte / Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

## **Documentos em meio eletrônico**

- CALABRE, Lia. *Intelectuais e Política Cultural: O Conselho Federal de Cultura*. In: maio de 2006, publicado na Revista *Intellèctus*, ano 5 vol II. Disponível em: <http://www.intellectus.uerj.br/>. Acesso em 20 de junho de 2007.